

CAPÍTULO 6

O ENSINO HÍBRIDO NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA PÓS-PANDEMIA DA COVID-19

Luciano Alves da Rocha
Daniela Cristina Lopes de Abreu

RESUMO

O *blended learning* (ensino híbrido, em português) é uma proposta que mescla o ensino presencial com o ensino virtual, a partir do uso das tecnologias digitais. Sendo assim, este trabalho objetiva demonstrar as vantagens do ensino híbrido e a sua importância para a modernização do processo de ensino, em que o aluno passa a conduzir a sua própria aprendizagem. Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em base de dados digital, periódicos e livros relacionados às 'vantagens' e 'desafios' do ensino híbrido no Brasil – antes e após a pandemia da Covid-19. Para a pesquisa utilizamos os descritores 'ensino híbrido', 'vantagens do ensino híbrido' e 'o ensino híbrido no Brasil'. Os resultados encontrados apontam para as oportunidades significativas de modernizar o processo de ensino-aprendizagem, visto as inúmeras vantagens proporcionadas, tais como a personalização do ensino individualizado e o ensino baseado na resolução de problemas que envolvem a realidade do aluno. A literatura pesquisada apresenta ainda, as dificuldades para a implementação do ensino híbrido nas instituições de ensino público brasileiras, as quais estão relacionadas à falta de estrutura, de acesso às tecnologias nas escolas e de capacitação do corpo docente para a utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis, integrando – todos estes –, ao planejamento pedagógico. Outro desafio é a democratização do acesso às tecnologias de modo que todos os alunos tenham o mesmo acesso. Concluímos que, embora a adoção do ensino híbrido apresenta desafios, em especial nas regiões menos favorecidas economicamente, a sua implementação proporciona resultados importantes no aprendizado dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Híbrido. Tecnologia. Pandemia. Educação. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

E evolução tecnológica e o avanço da *internet* nas últimas décadas têm influenciado diretamente a sociedade do século XXI, visto que novas ferramentas e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) têm surgido e evoluído de forma constante, provocando transformações significativas na forma como as pessoas se relacionam umas com as outras. Essas mudanças proporcionaram o surgimento de uma ‘cultura digital’, pois cada vez mais vivemos em uma sociedade conectada, que está envolvida e dependente da tecnologia para a realização das suas atividades cotidianas.

Na área da educação, as transformações provocadas pela profusão das tecnologias digitais disponíveis são também evidentes. Isto ocorre pelo fato destas tecnologias promoverem novas alternativas e possibilidades de comunicação, expressão e, especialmente, por permitirem explorar novos campos de estudos que até então não haviam sido explorados. Diniz, Rocha, Santos e Gomes (2018) salientam que diante deste cenário de transformações provocadas pela tecnologia, há a necessidade de os sistemas de ensino romperem com o tradicionalismo, de modo a permitir que avanços tecnológicos e metodológicos possam ser incorporados ao contexto escolar.

Outro ponto a se destacar neste processo, é o papel do professor e os métodos pedagógicos frente às novas tecnologias, uma vez que estas proporcionam aos alunos um universo de informações na palma da mão. Nessa perspectiva, Andrade e Monteiro (2020, p.8) enfatizam que “o papel do professor na educação contemporânea deve ser de desconstruidor de um método tradicional para facilitador do conhecimento no processo ensino aprendizagem”.

Dessa maneira, diante da imersão tecnológica e novas metodologias de ensino, se insere o ensino híbrido – também conhecido como *blended learning* –, que se caracteriza pela utilização das TDICs, assim como a utilização do espaço físico da sala de aula para a promoção do ensino e da aprendizagem. Neste modelo de ensino, que é considerado uma das grandes apostas na área da educação, o aluno exerce o protagonismo no processo de aprendizagem, diferentemente do modelo tradicional de ensino, em que o professor era o único canal de transmissão de conhecimento.

O ensino híbrido é objeto de estudo de vários pesquisadores há algum tempo, todavia ganhou maior destaque com a fatídica pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causadora da doença Covid-19. O SARS-CoV-2, desencadeado na forma mais aguda no Brasil, a partir do primeiro trimestre de 2020, ganhou velocidade de transmissão e letalidade à época, a despeito da não existência de tratamentos e vacinas contra a Covid-19.

Com o distanciamento social e o fechamento das escolas, as instituições de ensino se viram diante de um dilema: como dar continuidade ao ano letivo sem o ensino presencial? Muitas práticas pelo Brasil foram adotadas e as tecnologias funcionaram auxiliando esse processo.

Gabriel e Souza (2023) destacam que, professores e alunos foram levados a refletir sobre a contribuição do ambiente virtual para o processo de ensino, uma vez que foi necessário implantar de forma emergencial, o ensino remoto neste período crítico da história recente da humanidade. Essa tarefa se tornou mais complexa pelo fato de não estarmos, enquanto país, preparados para tal situação; seja do ponto de vista estrutural das escolas com a disponibilidade de recursos para professores e alunos – como acesso à *internet*, por exemplo –, ou, seja do ponto de vista da capacitação dos professores para manipular e manusearem os recursos eletrônicos e digitais.

Somente a partir da vacinação contra Covid-19, em janeiro de 2021, que foi possível pensar num modelo de sistema de educação híbrida. Como supramencionado, esse sistema tem uma parte das aulas ministradas remotamente enquanto a outra parte ocorre de forma presencial. Oliveira et al. (2021) destacam que o ensino híbrido foi um dos principais legados deixado pela pandemia para o setor educacional.

A pandemia de Covid-19 acendeu um movimento educacional em prol do ensino híbrido, sem precedentes no Brasil. Diante disso, o Governo Federal, via Ministério da Educação (MEC), pensando em restabelecer aos poucos o convívio social ‘físico’ entre alunos e professores publicou em 2022 um ‘Edital de Chamamento¹’ para uma consulta pública sobre a proposta “Diretrizes Nacionais Orientadoras para o desenvolvimento da Educação Híbrida e das práticas flexíveis do processo híbrido de ensino e aprendizagem no nível da Educação Básica” (Brasil, 2022).

A questão norteadora deste trabalho foi: “Quais são os principais desafios enfrentados pelos educadores ao implementar o ensino híbrido no período pós-pandemia e como podem ser superados para garantir uma experiência de aprendizagem significativa e equitativa para todos os alunos?”

Assim, o artigo a partir de uma pesquisa bibliográfica, demonstra as vantagens e a importância do ensino híbrido após o período pandêmico. Para chegarmos a esse objetivo no primeiro capítulo apresentamos, o conceito, características, modelos e tecnologias aplicadas concernentes ao ensino híbrido. No segundo capítulo, os aspectos regulatórios, as vantagens de utilizar o ensino híbrido e os desafios para a sua implementação; e no terceiro capítulo trazemos as discussões dos resultados da pesquisa, apontando as vantagens e a relevância do ensino híbrido para a educação básica.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu em uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.182) “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema proposto”, seja em revistas, trabalhos monográficos, livros, periódicos e até mesmo publicações

¹ <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2022-pdf/244161-edital-de-chamamento-educacao-hibrida-1/file>

em meios de comunicação de áudio e vídeo. Gil (2002, p.17) define a pesquisa como sendo um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Em se tratando da pesquisa bibliográfica Gil (2002, p.44) salienta que ela “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Lakatos e Marconi (2003, p.182) argumentam que a finalidade da pesquisa bibliográfica “é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” e que, ao permitir a definição e resolução de problemas já conhecidos, bem como explorar novos problemas em que não há problemas suficientemente cristalizados, não se trata de “mera repetição do que já foi dito ou escrito”, uma vez que possibilita a análise de determinado assunto, sob uma nova perspectiva, “chegando a conclusões inovadoras”.

Diante do exposto até aqui, este trabalho foi conduzido por uma pesquisa bibliográfica a partir de publicações disponibilizadas na *internet* no período de 2015 a 2023. A escolha pelo ano de 2015 foi porque os trabalhos encontrados, que tratavam sobre o ensino híbrido, foram em grande maioria, a partir de 2015. Para a coleta de dados nesse percurso metodológico foram utilizados os seguintes descritores: ‘ensino híbrido’, ‘vantagens do ensino híbrido’ e ‘o ensino híbrido no Brasil’.

A coleta de dados foi realizada em publicações como livros, *sites* especializados, artigos, seminários dedicados à tecnologia educacional e materiais diversos relacionados ao tema proposto.

Ensino Híbrido: Algumas conceituações

O ensino híbrido, é conhecido na literatura acadêmica por ‘ensino flex’, ‘ensino semipresencial’, ‘*blended learning*’ e mais recentemente no Brasil, por ‘educação híbrida’. O termo ‘híbrido’ significa ‘misturado’, ‘mesclado’ ou ‘*blended*’ (em inglês). Em se tratando da educação Moran (2015, p.27) destaca que a educação sempre foi híbrida e misturada, por combinar “vários espaços, tempos, atividades, metodologias, públicos”, de modo que, com ascensão da tecnologia, mobilidade e conectividade, este processo se tornou mais “perceptível, amplo e profundo”, uma vez que aprender e ensinar pode ocorrer de “inúmeras formas, em todos os momentos e em múltiplos espaços”.

Oliveira et al. (2021) salientam que o ensino híbrido estabelece uma combinação entre os estudos no espaço físico e fora dele, ou seja, estudos presenciais e a distância, utilizando-se da tecnologia como ferramenta indispensável para o processo de ensino e aprendizagem híbrida. Ainda nesse sentido, Brito (2020, p.3) salienta que, tanto o ensino presencial quanto o ensino a distância, sempre foram híbridos, visto que “sempre foi possível apontar a não-homogeneidade das ações pedagógicas nos seus processos de construção do conhecimento”.

Ao conceituar o ensino híbrido, Moran (2015, p.28) não se limita apenas a característica principal deste modelo, que é a mistura do ensino presencial e remoto, trazendo assim um conceito bem mais amplo para o ensino híbrido, argumentando que o ensino é híbrido por não se restringir apenas ao que é planejado, uma vez que o aprendizado se dá “por meio de processos organizados, junto com processos abertos, informais”, seja com a presença de um professor, de colegas de classe e/ou até mesmo sozinho.

Nesse aspecto Moran (2015, p.28) relaciona alguns tipos de misturas, os quais reforçam a tese de que o ensino híbrido vai além do presencial, remoto e da tecnologia, como a “mistura de saberes, valores, quando há integração de outras áreas do conhecimento, metodologias, projetos em grupo, individual, colaborativo e personalizados” e, evidentemente, as tecnologias que integram o processo de ensino-aprendizagem. Ainda sobre o ensino híbrido, destaca-se:

Híbrido também pode ser um currículo mais flexível, que planeje e o que é básico e fundamental para todos e que permita, ao mesmo tempo, caminhos personalizados para atender às necessidades de cada aluno. Híbrido também é a articulação de processos de ensino e aprendizagem mais formais com aqueles informais, de educação aberta e em rede. Implica misturar e integrar áreas, profissionais e alunos diferentes em espaços e tempos distintos (Moran, 2015, p.28).

Bacich, Neto e Trevisani (2015, p.43) destacam que “a expressão ensino híbrido está enraizada em uma ideia de educação híbrida, em que não existe uma forma única de aprender e na qual a aprendizagem é um processo contínuo, que ocorre de diferentes formas, em diferentes espaços”. Os autores salientam que, embora existam diferentes definições na literatura para o ensino híbrido, em todas é possível encontrar a convergência dos dois modelos de aprendizagem, o presencial e o virtual e que estes modelos se complementam.

Podemos considerar que esses dois ambientes de aprendizagem, a sala de aula tradicional e o espaço virtual, tornam-se gradativamente complementares. Isso ocorre porque, além do uso de variadas tecnologias digitais, o indivíduo interage com o grupo, intensificando a troca de experiências que ocorre em um ambiente físico, a escola. (Bacich; Neto & Trevisani, 2015, p.43).

É importante destacar que o ensino híbrido possibilita, por meio da incorporação da tecnologia digital e dispositivos eletrônicos e o acesso à *internet*, que a aprendizagem ocorra independente do encontro presencial em um ambiente físico (Oliveira et al., 2021); ou seja, a aprendizagem por meio do ensino híbrido não está limitada a uma unidade escolar. Nesse contexto

Brito (2020) pondera que o ensino híbrido é uma expansão da sala de aula, por abranger os espaços presencial e virtual, de modo que os modelos pedagógicos sejam regulamentados de acordo com cada ambiente de ensino.

Gabriel e Souza (2023, p.5) argumentam que:

O ensino híbrido é vivenciado na perspectiva de uma relação direta com a desterritorialização, na medida, em que o professor não é mais visto como a única fonte do saber, como se pensava na pedagogia tradicional; a docência passa a ser vista como um trabalho que, ao mesmo tempo que ensina, busca contribuir para orientar, através da utilização de recursos digitais presentes na sociedade contemporânea. Quando se pensa em ensino híbrido, está em discussão uma metodologia de ensino e aprendizagem que, em parte, ocorre em um limite de espaço e de tempo, a sala de aula e, em parte, de maneira desterritorializada.

De acordo com Brito (2020, p.4), as características basilares que direcionam o ensino híbrido são: “a) o aluno deve aprender pelo menos, em parte, no ambiente virtual; b) o aprendizado deve ocorrer em local físico, distinto do lar; c) os aprendizados virtual e presencial devem estar integrados”. Nessa mesma linha, Diniz, Rocha, Santos e Gomes (2018, p.433) argumentam que, o ensino híbrido possibilita “a reorganização do tempo e do espaço da aula e com os papéis do aluno e educador”, uma vez que dá ao estudante a oportunidade de realizar, fora da sala de aula, as atividades que podem ser desenvolvidas sozinha, de forma *online*, abrindo, assim, espaço para um tempo em sala de aula com maior qualidade.

Deste modo, é possível estabelecer um processo de ensino-aprendizagem mais integrado, fortalecido e personalizado para cada aluno, considerando as suas potencialidades e deficiências, otimizando, portanto, os resultados. É importante destacar que, para obter resultados satisfatórios, os alunos precisam assumir a responsabilidade de seu próprio aprendizado, uma vez que neste modelo de ensino, eles agem de forma proativa e participativa. Neste contexto de reorganização do papel do aluno e educador, Bacich, Neto e Trevisani (2015, p.43) evidenciam que:

O papel desempenhado pelo professor e pelos alunos sofre alterações em relação à proposta de ensino considerado tradicional, e as configurações das aulas favorecem momentos de interação, colaboração e envolvimento com as tecnologias digitais. O ensino híbrido configura-se como uma combinação metodológica que impacta na ação do professor em situações de ensino e na ação dos estudantes em situação de aprendizagem.

Desta forma, o papel do professor no ensino híbrido passa a ser de o de ‘mediar’, ‘orientar’ e ‘facilitar’ o aprendizado, proporcionando um tempo maior para a observação do desenvolvimento individual do aluno, o que possibilita maior interação entre os alunos e o professor durante o processo de ensino-aprendizagem.

O reposicionamento do papel do professor no âmbito do ensino híbrido, em razão das novas tecnologias, pode ser muito enriquecedor para que novas práticas pedagógicas educacionais surjam (Andrade & Monteiro, 2020). Deste modo, é possível perceber que a atuação do professor é, imprescindivelmente, necessária para o processo de aprendizagem. Nesse aspecto, as nuances pedagógicas e as tecnologias digitais envolvidas, se traduzem numa atuação inovadora para muitas escolas e professores que ainda se encontram enraizados com o modo de ensino tradicional. Na próxima seção será abordado os modelos de ensino híbrido pelos quais é possível perceber o novo papel que professores e alunos devem assumir, por meio das metodologias ativas aplicadas.

Os Modelos de Ensino e a Tecnologia Aplicada

Os modelos de ensino são fundamentais para a criação de uma cultura digital no processo de ensino-aprendizagem por meio do ensino híbrido, uma vez que estes são responsáveis por introduzir as tecnologias digitais na sala de aula, integrando-as ao currículo escolar, bem como a personalização do ensino.

Esses modelos, enquanto metodologias pedagógicas tem por objetivo tornar as aulas mais proveitosas para os alunos, aumentando o engajamento e a qualidade do ensino. Bacich; Neto e Trevisani (2015, p.47) relacionam quatro variações de modelos de ensino híbrido, conforme elucidado no quadro I abaixo.

Quadro I – Modelos de Ensino Híbrido

Modelo de Rotação	Neste modelo os alunos revezam as atividades, conforme um horário fixo ou orientação do professor. Neste modelo, há quatro propostas de aplicação: i. Rotação por estações: os alunos são separados por grupos, de modo com que cada grupo realize uma atividade conforme orientado pelo professor. Nesta proposta, um dos grupos envolvidos com propostas <i>online</i>; ii. Laboratório rotacional: os alunos fazem uso da sala de aula e laboratórios, alternando entre a sala de aula tradicional e o laboratório de ensino ou computador; iii. Sala de aula invertida: neste modelo, todo conteúdo programático é estudado remotamente, de forma <i>online</i>, e o tempo
---------------------------------	--

	em sala de aula é utilizado para as discussões, resoluções de problemas e outras proposituras; iv. Rotação individual: as propostas de aprendizagem são individualizadas por aluno.
Modelo Flex	No modelo flex a ênfase no ensino <i>online</i> e cada aluno tem uma lista de atividades a ser executada e o professor permanece a disposição para esclarecimento de dúvidas.
Modelo à la carte	Neste modelo o aluno é responsável por organizar os seus estudos, com base nos objetivos gerais a serem atingidos. A aprendizagem é personalizada e pode acontecer de forma remota
Modelo Virtual Enriquecido	O modelo virtual propõe uma experiência com toda unidade escolar, para uma determinada disciplina, os alunos dividam o tempo de aprendizagem entre o <i>online</i> e o presencial

Fonte: Adaptado de Bacich, Neto e Trevisani, 2015, pp. 47-49

Alguns destes modelos são considerados disruptivos, uma vez que estabelecem maneiras de organização escolar e do aprendizado nada convencionais. A ordem de aplicação em sala de aula, dos modelos de ensino elencados no quadro I não é pré-estabelecida (Bacich; Neto & Trevisani, 2015). Deste modo os professores têm a liberdade de escolha, considerando os recursos disponíveis, infraestrutura e o nível de desenvolvimento de cada classe e aluno.

Brito (2020, p.4) salienta que os modelos pedagógicos do ensino híbrido não são apenas meios de incitar a “curiosidade ou tornar a aprendizagem mais polissêmica, pelo contrário, os modelos se interpenetram, produzindo nova identidade epistemológica à prática docente”, visto que não há uma fronteira entre o ambiente físico e o virtual. Assim, é possível afirmar que os modelos híbridos não são impeditivos às aulas expositivas, pois cria um ‘novo’ conceito para as aulas, ao mesclar a outros tipos de atividades que fazem uso da tecnologia.

Não há como falar de ensino híbrido sem relacioná-lo às TDICs, pois trata-se de elementos praticamente indissociáveis, sobretudo quando observamos o quanto as tecnologias digitais têm ocupado cada vez mais espaço nas mais diversas áreas da sociedade. Na educação não é diferente, o processo de ensino-aprendizagem já não é mais o mesmo e precisa se adequar a esta realidade digital.

Brito (2020, p.4) afirma ainda que o surgimento do ensino híbrido acontece em “um momento de inclusão e apropriação no mundo digital”, uma vez que a tecnologia está presente no cotidiano de professores e alunos e, pelo fato de que, o espaço digital potencializa o conhecimento e o saber, tornando as experiências presenciais mais relevantes. O autor defende que as tecnologias utilizadas no ensino híbrido não podem “provocar uma ruptura

entre o que se aprende na sala de aula e o que se aprende no ciberespaço”, ao passo que a tecnologia “deve ampliar o horizonte teórico-conceitual dos educandos a partir de sua imersão num universo ampliado de conhecimentos”.

Segundo Sunaga e Carvalho (2015), às instituições de ensino já não são mais as únicas fontes de informação disponíveis – devido ao avanço das tecnologias digitais e a facilidade de acessar informações. O uso adequado destas ferramentas para promover a aprendizagem e o conhecimento, bem como a inclusão dos alunos a uma cultura tecnológica, cooperam para a formação de futuros profissionais aptos a trabalhar em um novo modo de produção, que é a produção de informação.

Neste contexto, fazemos uma retomada ao que já expomos anteriormente, pois é importante destacar que, a utilização das tecnologias digitais na educação de forma sistemática, rompe com o conceito de aula tradicional, em que apenas o professor era o detentor e transmissor do conhecimento, de modo que o papel do professor em sala de aula passa a ter uma percepção e atuação diferente.

Lima e Moura (2015) apresentam três concepções sobre o papel do professor ao utilizar as tecnologias digitais, sendo elas: a) o ensino e a aprendizagem estão centrados na dimensão tecnológica; b) as tecnologias digitais são fonte de acesso à informação; e, c) a construção do conhecimento é o centro do processo de ensino-aprendizagem virtual, sendo esta última concepção a que mais se aproxima aos ideais do ensino híbrido, ou seja, a construção do conhecimento e a personalização da aprendizagem.

Com relação a aplicação da tecnologia no ensino, Sunaga e Carvalho (2015, p.114) argumentam que:

Ao contrário da uniformidade do ensino tradicional, cujas aulas e provas são ministradas como se todos tivessem as mesmas habilidades, com as tecnologias digitais pode-se personalizar o ensino por meio do uso das plataformas inteligentes, também chamadas de adaptativas. Elas reconhecem as características dos usuários e oferecem atividades em nível personalizado, satisfazendo as necessidades de cada aluno e possibilitando que cada um aprenda no seu tempo, rompendo assim, o tempo fixo de duração de uma aula, característica do ensino brasileiro.

Portanto, a tecnologia não deve ser encarada como a vilã que irá suprimir o emprego dos professores, mas pelo contrário; ela deve ser vista e implementada como uma ferramenta de grande alcance, repercussão, auxílio e modernização do ensino nas escolas brasileiras. Sunaga e Carvalho (2015, p.115) salientam ainda que “a tecnologia não veio para substituir a sala de aula tradicional”, mas para assegurar que novos recursos sejam utilizados de forma eficaz e integrada com o aprendizado presencial e remoto. O uso dos

recursos tecnológicos possibilita uma personalização da aprendizagem capaz de transformar a educação, antes uniformizada, em uma educação que possibilite aos alunos o aprendizado no seu próprio ritmo.

No que tange a inserção da tecnologia no ensino, Rodrigues (2016) destaca que a integração entre o físico e o digital apresenta o maior potencial de mudança, pois com a oferta cada vez maior de recursos digitais voltados para a educação, os métodos tradicionais de ensino podem ser trabalhados e personalizados, gerando maior ganho de aprendizagem. Nesse ínterim, a incorporação das tecnologias digitais na educação teve sua importância destacada com a pandemia da Covid-19, cujos reflexos serão abordados no subtópico a seguir.

A Pandemia da Covid-19 e o Ensino Híbrido

A pandemia da Covid-19, desencadeada ao final do ano de 2019 na cidade de Wuhan, na China, alastrou-se por todo o mundo de forma extremamente rápida e, por se tratar de uma doença nova, com elevada taxa de transmissão e características, as quais a medicina não estava preparada, a humanidade se viu diante de um dos seus capítulos recentes, mais fatídicos e agonizante.

O distanciamento social foi o caminho adotado por autoridades de diversos países para tentar conter a transmissão do vírus, diminuir a taxa de mortalidade e tentar retomar a normalidade da vida. Em 20 de março de 2020, no Brasil, foi publicado o Decreto Legislativo² nº 6 (Brasil, 2020) declarando estado de calamidade pública em função da pandemia. Foi a partir deste Decreto que estados e municípios passaram a adotar suas próprias políticas de controle sanitário, impondo o distanciamento social por tempo indeterminado. Todo esse contexto de dor, apreensão e medo afetou severamente a sociedade brasileira, modificando a forma de as pessoas se relacionarem socialmente e comercialmente.

No âmbito escolar, o reflexo do distanciamento social, imposto pelas autoridades na tentativa de conter a propagação do novo coronavírus, foi notável; de modo que as instituições de ensino se viram diante de uma problemática: como dar continuidade ao ano letivo, sem a possibilidade das aulas presenciais?

A pandemia ampliou as possibilidades pedagógicas do ensino híbrido. Os professores, mediante o uso de tecnologias que combinavam a educação presencial com a virtual, tornaram o ensino mais dinâmico, impulsionando o aprendizado, em um processo que o aluno era o protagonista do seu próprio aprendizado. Neste sentido, Oliveira et al. (2021) defendem o ensino híbrido como sendo um dos principais legados deixados pela pandemia da Covid-19, na área da educação.

Gabriel e Souza (2023, p.2) destacam que, a necessidade de se implantar abruptamente o ensino virtual durante o período crítico da

² https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/dlg6-2020.htm

pandemia, fez com que professores e alunos refletissem sobre “a contribuição do ambiente virtual para o processo de ensino e aprendizagem”. Os autores ponderam ainda que:

A pandemia e o ensino remoto emergencial trouxeram, por um lado, perdas incalculáveis na relação entre ensino e aprendizagem. Por outro lado, surgiu a necessidade de professores e alunos recorrerem aos recursos tecnológicos, para que a situação de distanciamento físico, de impedimento do compartilhamento dos espaços físicos e de defasagem no ensino e aprendizagem não tivessem ainda mais impactos negativos (Gabriel & Souza, 2023, p.6).

Outras dificuldades enfrentadas durante o período de distanciamento social foram as de cunho pedagógico, social e psicológico, uma vez que a pandemia resultou em impactos negativos na saúde mental tanto de professores quanto de alunos (Gabriel & Souza, 2023). Assim, administrar todo esse turbilhão de emoções e sentimentos em meio a uma crise sanitária – com milhares de pessoas perdendo a vida –, de modo a não comprometer ainda mais o andamento do ano letivo, o ‘ensino’ e as variadas formas de ‘aprendizagens’ tornaram-se uma das tarefas mais desafiadoras para professores e alunos. Esses desafios serão abordados no capítulo seguinte.

O Ensino Híbrido na Educação Brasileira

O marco regulatório que alude para uma futura implementação do ensino híbrido no Brasil em instituições educacionais ocorreu em 2001, quando o MEC publicou a Portaria de nº 2.253³ (Brasil, 2001), que trata da possibilidade de instituições de ensino superior ofertarem disciplinas por meio de métodos de ensino ‘não presencial’. Esta Portaria foi revogada em 2004, dando origem a Portaria nº 4.059⁴ (Brasil, 2004), atualizada em 2016 pela Portaria nº 1.134⁵ (Brasil, 2006). Essa Portaria ficou conhecida como a ‘Portaria dos 20%’, uma vez que propôs que até 20% da carga horária dos cursos de graduação presenciais, fossem ministradas de forma a distância.

O surgimento do ensino híbrido no Brasil ocorreu apenas em 2014 a partir de um grupo de experimentação, realizado pelo Instituto Península e pela Fundação Lemann, em que 16 professores de quatro estados brasileiros participaram. Em dezembro de 2019, uma nova Portaria foi publicada, a de nº 2.117⁶ (Brasil, 2019), também conhecida como “Portaria dos 40%”, uma

³ <https://proplan.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/7/2014/09/Portaria-n%C2%B0-2.253-de-18-de-outubro-de-2001.pdf>

⁴ http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf

⁵ <https://www.faal.com.br/arquivos/portariaAVA.pdf>

⁶ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>

vez que o tempo de utilização da carga horária dos cursos de graduação presenciais, poderia ser de até 40% no formato a distância.

Oliveira et al. (2021, p.923) salientam que “a hibridização do ensino superior é relativamente recente”. Os autores argumentam que a Portaria nº 2.117 de 2019, possibilitou maior flexibilização de horários, espaços físicos de aprendizagem e nas metodologias de ensino. Vale ressaltar que as Portarias até aqui apresentadas tratam apenas da hibridização do ensino em instituições que mantêm cursos superiores e, em nada fazem menção para a possibilidade de ensino híbrido na educação básica (ensino fundamental e ensino médio).

Entretanto, com a pandemia de Covid-19, a partir de 2020, escolas suspenderam as aulas presenciais e passaram a buscar meios para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem durante a quarentena, utilizando aplicativos e plataformas *online*, ou seja, usando estratégias para alargar o ensino que, a partir de agora, passaram estar também numa não presencialidade. Com o distanciamento social, milhares de alunos tiveram que ser afastados da escola.

Segundo Victória (2020), os professores, em razão da suspensão das aulas por conta do distanciamento social, precisaram lidar com a pressão de adaptarem-se às ferramentas virtuais, preparar atividades que mantivessem os alunos estimulados e, ao mesmo tempo, estarem disponíveis para esclarecer dúvidas. Nessa perspectiva, as secretarias de educação foram fundamentais para que as ferramentas de ensino-aprendizagem estivessem acessíveis para todos os alunos, até mesmo àqueles que ainda não têm acesso à *internet*. Uma alternativa encontrada para dar continuidade no ensino foi a utilização de aulas a distância que ficaram conhecidas como ‘aulas remotas’, ‘aulas síncronas’, ‘aulas virtuais’ dentre outras. Neste trabalho usaremos o termo ‘aulas remotas’, por ser mais usado na literatura acadêmica.

Com a interrupção das aulas presenciais, as aulas remotas foram a alternativa para que as crianças pudessem dar continuidade no processo de ensino e aprendizagem. Durante este período de pandemia ocorreram diferentes modificações no que tange ao relacionamento extra escola, que impactaram o retorno às atividades escolares e que precisaram – e ainda precisam – serem discutidas de modo a contribuir para uma reflexão mais aprofundada com a comunidade escolar. Desse modo, o retorno das aulas presenciais exigiu medidas de mitigação, a partir de uma avaliação diagnóstica das perdas, defasagens ou constatações de não aprendizagem.

Para Santana e Borges Sales (2020),

[...] o que caracteriza o remoto é a impossibilidade de professores e estudantes frequentarem as escolas em razão da tentativa de contenção da propagação do novo coronavírus. Já o emergencial, situa a temporalidade desta alternativa, uma vez que os planejamentos pedagógicos de todas as instituições de ensino foram

interrompidos abruptamente, com riscos de não mais serem aproveitados no ano de 2020 e novas alternativas precisaram ser adotadas na mesma velocidade (Santana e Borges Sales, 2020, p.82).

As abordagens metodológicas híbridas deveriam ser ferramentas valiosas para a retomada das aulas, reorganização do currículo e do calendário escolar. As escolas poderiam, por exemplo, utilizar as possibilidades de tutoria remota síncrona, para propiciar suporte aos alunos com defasagem ou valer-se da utilização de atividades não presenciais, mediadas diretamente pelos docentes para a ampliação, em tempos e espaços, do período escolar.

Como vimos, as metodologias híbridas fundamentadas pelas tecnologias favoreceram a recomposição da aprendizagem a partir de parcerias, troca de experiências, centros de inovação e pesquisa, além do uso de plataformas públicas e privadas que permitam trânsito em propostas inovadoras.

Pressupomos que, na busca de desenvolvimento de uma educação híbrida, o flexível e híbrido processo de ensino-aprendizagem se configura como abordagem metodológica que maior possibilita acessibilidade curricular, com momentos de aprendizagem em espaços diferenciados, utilizando propostas que integram, com ou sem tecnologias digitais, tanto as atividades presenciais como as não presenciais (assíncronas), sempre mediadas pelos docentes e com sua supervisão em tempo real.

Ao focar em processos híbridos, vale referendar que a mediação tecnológica está conectada à presencialidade, exigindo a ação pedagógica direta do docente em orientação ao alunado, tanto em práticas e espaços presenciais como no espaço virtual – ciberespaço. Assim, a flexibilidade do processo híbrido de ensino-aprendizagem representa uma forma de ampliar a acessibilidade curricular, a partir de práticas de ensinar e de aprender, com apoio de tecnologia ou não, ampliando e ressignificando os conteúdos, os métodos e as práticas pedagógicas, conectando a escola, não só com seu entorno, mas com o mundo global, com maior visibilidade e simplicidade.

Portanto, é importante para o hibridismo que a comunidade escolar, em especial no tocante à educação básica, mergulhe nas visões e propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em todas as suas etapas, modalidades e formas de oferta. Que ofereçam oportunidades de ousar, na combinação do que se faz agora, com o que se pode fazer a partir das novas perspectivas metodológicas, enriquecidas com as possibilidades de maior conexão e uso das tecnologias digitais disponíveis.

Em relação ao ensino híbrido, o Parecer CNE/CP nº 34⁷ ressalta:

O conceito básico de hibridismo que se busca propõe a transformação do ensino presencial, considerando que a tecnologia pode potencializar e ajudar a organizar as competências, além de oferecer oportunidade para um papel ativo do estudante na utilização de recursos digitais e a ambos, professor e alunos, novas possibilidades de organizar modos de pensar e agir em outros espaços institucionais para além da sala de aula. Na verdade, na escola contemporânea, a tecnologia é componente importante na prática pedagógica, instrumentalizando o agir e o interagir com o mundo cada vez mais conectado e ampliado, exigindo novas práticas de ensino-aprendizagem (Brasil, 2023, p.4).

O Parecer CNE/CP nº 34 entende que, no contexto da educação híbrida, é preciso criar oportunidades a todas as modalidades de ensino, “sua aplicação como fator de geração de novas pedagogias associadas às tecnologias que apoiam a flexibilização do processo de ensino e aprendizagem” (Brasil, 2023, p.5). As diretrizes discutidas pelo CNE, tem caráter legal e por objetivo visa normatizar e incentivar a implementação do modelo híbrido de ensino, de modo a modernizar a educação uma vez que há inúmeras vantagens, as quais serão apresentadas a seguir.

Notamos que, nesse período pós-pandêmico, não se vislumbrou o retorno massivo dos estudantes para as escolas e se faz necessária a discussão da recuperação e da continuidade das aulas, mesmo sem o fim da pandemia. Portanto, apesar de existirem, atualmente, um considerável número de pesquisas abordando o tema sobre os impactos na educação escolar causados pela Covid-19 (Barreto & Rocha, 2020; Cifuentes-Faura, 2020; Grossi et al., 2020), escassas são as pesquisas que se propõem a estudar o retorno às aulas presenciais após o período de distanciamento social, e mais ainda voltadas às perspectivas de professores, família e alunos que se encontram envolvidos neste contexto.

Vantagens do Ensino Híbrido

O ensino híbrido enquanto metodologia de ensino, apresenta diversas vantagens ao processo de aprendizagem. Dentre os aspectos positivos apontados por Silva (2017), o primeiro refere-se ao contato em maior escala que os alunos têm com as situações reais de aprendizagem, o qual possibilita o alcance de bons resultados de aprendizagem antes mesmo do início das aulas. O segundo aspecto está relacionado à flexibilidade

7

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=252671-pcp034-23&category_slug=agosto-2023-pdf&Itemid=30192

proporcionada pelo uso das tecnologias no ensino híbrido, uma vez que o ritmo individual de aprendizagem dos alunos seja respeitado.

O acesso a tecnologias diversificadas permite ao aluno acessar conteúdos em espaços e tempos distintos de maneira independente. Segundo Andrade e Monteiro (2020), essa é uma vantagem propiciada pela metodologia híbrida, uma vez que produz melhores resultados acadêmicos no aluno.

Silva (2017, p.157) apresenta como outra vantagem do ensino híbrido, a otimização das interações sociais, que tendem a aumentar “a partir do momento em que o aluno se sente motivado para o que está aprendendo”, ele também se sentirá motivado a compartilhar suas descobertas com os colegas de classe e professor. Ainda neste contexto de motivação, o autor elenca outro ponto positivo, pois ao estarem motivados a pesquisar, os alunos se tornarão mais questionadores, buscando respostas para os problemas levantados até mesmo fora do ambiente escolar. Ainda sobre a motivação:

Nesse contexto, o que se percebe é que aspectos como colaboração, autonomia e compartilhamento de conhecimento são otimizados nesse tipo de abordagem metodológica, isto porque a interação entre alunos, professores e recursos tecnológicos de acesso à informação são propiciados de forma muito mais intensa e significativa, principalmente nas dinâmicas, como por exemplo, a rotação em grupo (Silva. 2017, p.158).

Entre as vantagens do ensino híbrido, apontadas por Oliveira et al. (2021) para as instituições de ensino, alunos e professores, destacam-se:

1. Maior engajamento dos alunos na busca pelo aprendizado;
2. Potencialização de ações efetivas e eficazes a partir das intervenções individuais;
3. Fusão do ensino presencial com o ensino a distância, uma vez que ambos os modelos se complementam;
4. Planejamento e acompanhamento personalizado de cada aluno;
5. Oferta de experiências de aprendizagem que se relacionam com formas diferentes de construção do conhecimento e aprendizado dos alunos;
6. Aproximação da realidade escolar dos alunos, com as suas vivências fora do ambiente da sala de aula; e
7. Melhor aproveitamento do tempo do professor.

Os benefícios do modelo híbrido para a educação são notáveis, seja na maior integração entre aluno e professor ou pela contribuição para um aprendizado mais proativo, crítico e integrado à realidade de cada aluno. Considerando que cada vez mais os alunos terão acesso à tecnologia e dispositivos eletrônicos digitais, a sua implementação nas

escolas públicas brasileiras, em que pese os desafios a serem enfrentados, os quais serão abordados no subtópico seguinte, se tornaram inevitáveis.

Desafios do Ensino Híbrido no Brasil

A adoção do modelo híbrido de ensino no Brasil demanda o enfrentamento de alguns desafios, sobretudo em termos de infraestrutura das escolas, uma vez que esta proposta de ensino exige acesso e integração com *internet* e diversas tecnologias digitais.

Lima (2021) defende a ideia de que, em todas as instituições de ensino, é possível implementar o ensino híbrido, desde as que possuem alto aparato tecnológico até as que possuem carência de tecnologia, bem como a ideia de que todo professor pode fazer uso deste modelo de ensino. Todavia, a implementação do ensino híbrido após a pandemia da Covid-19, por se tratar de um modelo disruptivo, antes de tudo requer uma mudança de cultura por parte das instituições de ensino, alunos e professores. Silva e Camargo (2015, p.137) destacam que:

Após analisar a relação entre o discurso e a prática de uma escola, precisamos identificar a relação entre o modelo da instituição e a realidade social em que se insere. Dessa forma, não é prudente ignorar que a cultura escolar, em uma perspectiva histórica pode ser caracterizada por certo atraso se relacionada às transformações surgidas, desde o último século, nas concepções da vida cultural dentro e fora do Brasil.

Para Silva e Camargo (2015), o avanço tecnológico tem contribuído com a transformação da cultura contemporânea, fazendo com que os métodos de ensino atuais não representem mais o contexto social e cultural que a sociedade vive. Deste modo, as tecnologias digitais surgem como elementos fundamentais na cultura escolar, uma vez que professores, alunos e os pais interagem por meio da *internet* e dispositivos eletrônicos, exigindo das instituições de ensino um posicionamento sobre questões comportamentais e pedagógicas.

Neste contexto de cultura digital, Neto (2017, p. 64) preconiza que:

Considerando o cenário educacional brasileiro, o advento e a integração das Tecnologias [Digitais] da Informação e Comunicação [(TDICs)] fazem surgir uma problemática de como transpor a ruptura entre o tradicional ensino presencial e o ensino apoiado nos recursos tecnológicos (EaD) de um modo a minimizar o choque dos alunos na migração de uma modalidade de ensino para a outra.

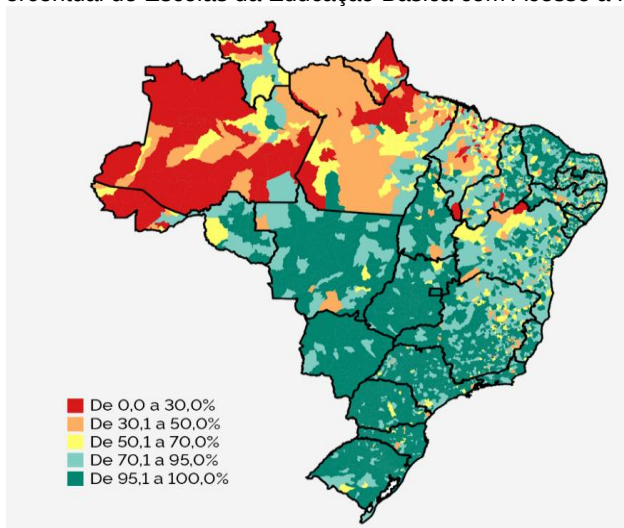
Não obstante ao aspecto cultural, é importante que alunos, professores e as instituições de ensino, disponham das ferramentas necessárias para que o ensino híbrido seja funcional. Nesse sentido, Gabriel e Souza (2023, p.7) argumentam que é necessário que alunos e professores “tenham acesso aos recursos digitais adequados”, dentre eles a *internet*, bem como o conhecimento de como utilizar tais recursos.

Lima (2021) enfatiza que o desafio a ser superado para implantar o ensino híbrido nas escolas brasileiras é grande, considerando o cenário composto pela formação do corpo docente, estrutura física das escolas e o perfil acadêmico dos alunos.

Dados do Censo Escolar 2022 publicados pelo MEC e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) indicam um índice de conectividade no ensino fundamental, de mais de 90% nas escolas das redes federal e municipal, todavia na rede estadual a taxa de conectividade alcança apenas 78,1%, demonstrando a necessidade de investimentos por parte dos governos estaduais na conectividade das unidades escolares. Por outro lado, os dados do ensino médio demonstram um percentual de conectividade está acima de 95% nas redes federal, estadual e municipal de ensino.

Ao analisar os dados, observa-se que eles reiteram o que fora exposto por Gabriel e Souza (2023) a respeito do acesso à *internet*, em especial na região norte e partes da região nordeste do Brasil, cujo percentual de escolas do ensino básico com acesso é baixo quando comparado com as demais regiões do país, conforme gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 – Percentual de Escolas da Educação Básica com Acesso à *Internet*



Fonte: INEP/Censo Escolar 2022

No que tange ao uso da *internet* para o ensino-aprendizagem, o Censo Escolar de 2022 aponta que, no ensino fundamental, 77% das escolas estaduais e apenas 48,5% das escolas municipais fazem uso. No ensino médio, a taxa de utilização da *internet* no ensino-aprendizagem dos alunos das escolas das redes estadual e municipal encontra-se em 77,7% e 72,2%, respectivamente.

Os dados corroboram com o que foi discutido por Silva e Camargo (2015) a respeito da cultura escolar, indicando um amplo espaço para trabalhar as metodologias pedagógicas de modo a contemplar as tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. Deste modo, a considerar os resultados do Censo Escolar 2022, elucidados nos gráficos 2 e 3 relacionando-os a propositura deste trabalho, observa-se um grande desafio para fazer que o ensino híbrido alcance a educação básica de forma equânime, no que concerne às oportunidades de aprendizado, sem distinção de classe econômica e social.

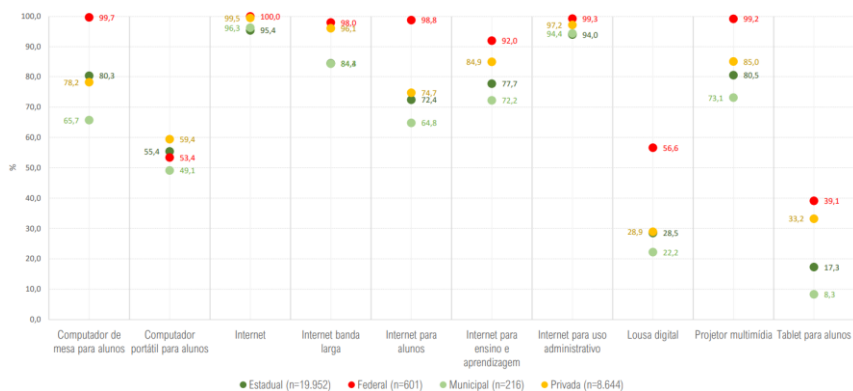
Gráfico 2 - Recursos Tecnológicos nas Escolas de Ensino Fundamental – 2022



Fonte: INEP/Censo Escolar 2022

Os dados do gráfico 2 demonstram que as escolas da rede municipal de ensino são as que possuem menos acesso aos recursos tecnológicos, como *internet* e projetor digital, por exemplo. É possível observar, que até mesmo as escolas da rede privada têm deficiência em alguns recursos, sugerindo a necessidade do poder público e iniciativa privada de investir na melhoria das unidades escolares, de modo a assegurar que estas tenham acesso aos recursos tecnológicos necessários.

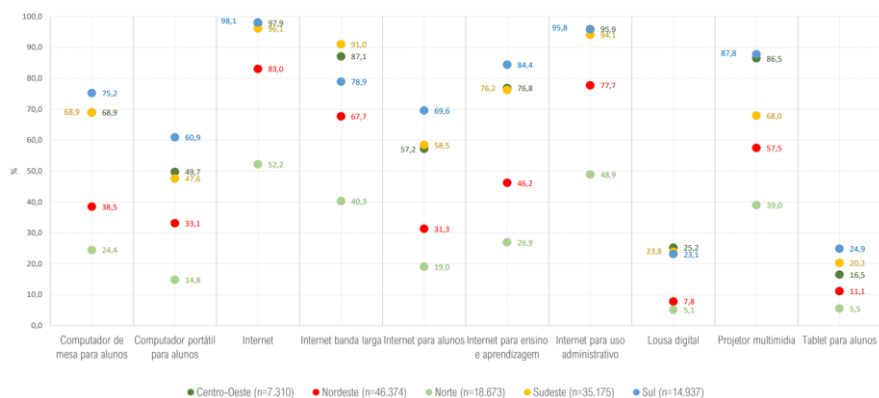
Gráfico 3 - Recursos Tecnológicos nas Escolas de Ensino Médio – 2022



Fonte: INEP/Censo Escolar 2022

Os dados do Censo Escolar 2022 concernente à disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas do ensino médio demonstrados no gráfico 3, apontam para um déficit de recursos nas redes estadual e municipal, principais responsáveis pelo atendimento da educação básica. É possível observar a necessidade de investimentos e melhorias na rede estadual de ensino e até mesmo na rede privada. A ausência de recursos tecnológicos é um fator determinante para o sucesso de um processo de implementação do ensino híbrido. Ainda nesse sentido, em relação à disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas de ensino fundamental e médio, por região do Brasil, o Censo Escolar 2022 apresenta os dados elucidados nos gráficos 4 e 5.

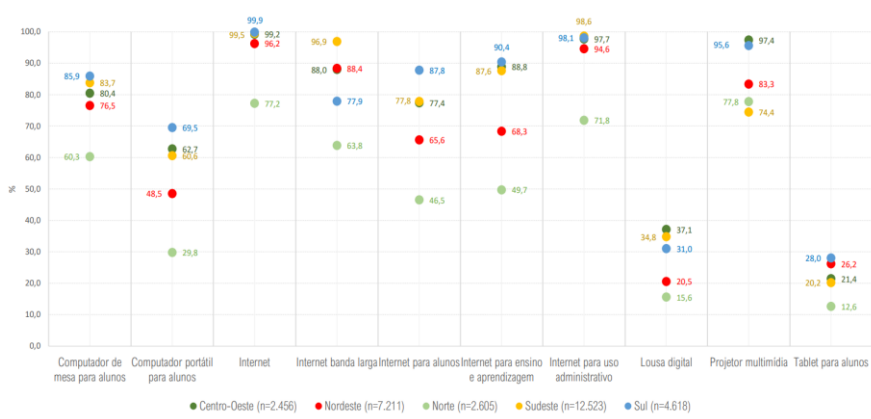
Gráfico 4 - Recursos Tecnológicos nas Escolas de Ensino Fundamental por Região – 2022



Fonte: INEP/Censo Escolar 2022

Conforme gráfico 4, as escolas do ensino fundamental das Regiões Norte e Nordeste são as que possuem menor disponibilidade de recursos tecnológicos, evidenciando a disparidade socioeconômica entre as regiões do país.

Gráfico 5 - Recursos Tecnológicos nas Escolas de Ensino Médio por Região – 2022



Fonte: INEP/Censo Escolar 2022

No gráfico 5 também é possível notar que, as escolas do ensino médio, assim como as do ensino fundamental, das Regiões Norte e Nordeste são as que mais carecem de investimento em estrutura e tecnologia. No contexto de utilização das tecnologias digitais, Gabriel e Souza (2023, p.10) destacam que a pandemia da Covid-19 expôs a dificuldade que os professores tiveram para utilizar os recursos tecnológicos, o que provocou a “sensação de incapacidade”.

Oliveira et al. (2021) ressaltam que a capacitação do corpo docente e coordenadores quanto ao uso das TDICs é um dos maiores desafios do ensino híbrido, assim como as metodologias ativas próprias desse modelo híbrido. Os autores chamam a atenção para outro desafio – a construção de um processo de ensino-aprendizagem que esteja em conformidade com as adversidades impostas por uma sociedade em constante transformação.

Conforme preconiza Silva (2017), os aspectos mais desafiadores para o ensino híbrido no Brasil, apontam a resistência de professores e alunos em adotar o modelo de ensino, por fatores como o comodismo e as dificuldades estruturais das escolas. Ainda neste contexto de desafios, o autor faz menção a percepção do aluno, de modo que este enxergue e aceite o papel de ‘protagonista’ do seu processo de aprendizagem. Isso exige uma postura responsável, compromissada e autônoma, todavia, por questões sociais e culturais, os alunos brasileiros não apresentam estas características. O contexto socioeconômico brasileiro, de acordo com este

autor, deve ser considerado, uma vez que em uma sala de aula há alunos com diferentes condições sociais, o que faz com que nem todos os alunos tenham acesso aos mesmos recursos tecnológicos.

Silva (2017, p.159) destaca ainda outros dois gargalos para o ensino híbrido, o primeiro refere-se ao foco dos alunos para acessarem os conteúdos e executar as atividades, “visto que no mundo virtual existe uma vasta gama de possibilidade de diversão”. O segundo está relacionado a atuação dos gestores escolares. O autor argumenta que o ensino híbrido pode ser uma oportunidade para que as instituições de ensino reduzam custos ao substituir professores pela tecnologia, no entanto, “é necessário compreender que a proposta do ensino híbrido não é a substituição dos professores em sala de aula por ‘superprofessores’”.

De acordo com Diniz et al. (2018), a precariedade da educação no Brasil, bem como a falta de estrutura física adequada nas instituições de ensino, são fatores que desencorajam os profissionais a aplicar o ensino híbrido em sala de aula. O fato de as tecnologias digitais influenciarem diretamente o modo de processamento de informações dos alunos hoje e, considerando que modelos tradicionais de ensino não dialogam de forma eficaz com este público.

Moran (2015, p.13) como citado em Diniz et al. (2018, p.434) nos convida a “encontrar na educação novos caminhos de integração do humano e do tecnológico; do racional, sensorial, emocional e do ético, de integração do presencial e do virtual; da escola, do trabalho e da vida”, ou seja, a educação deve estar aberta para novas descobertas que trazem mais modernidade e desenvoltura ao ensino.

O aspecto motivacional dos alunos também é um desafio a ser superado, neste contexto Lima (2021) argumenta que, um dos grandes desafios das instituições de ensino e professores é a identificação dos pontos que podem influenciar na postura mais ativa dos alunos em sala de aula. Esses desafios são de ordem cultural e estrutural abordados anteriormente. Assim, Brito (2020, p.6) menciona a singularidade pedagógica, como característica desafiadora para a implementação do ensino híbrido, “que deve considerar a triagem de conteúdos por potencial pedagógico (TCPP) e a organização de conteúdos por ações pedagógicas (OCAP)”.

A TCPP é caracterizada pela separação e adequação dos conteúdos de acordo com os materiais didáticos e recursos tecnológicos, definindo – assim – qual parte do conteúdo será ministrado de forma virtual e qual parte será ministrada de forma presencial. Por sua vez, Brito (2020, p.7) pondera que a OCAP se caracteriza pelos “tipos de ações pedagógicas que mais bem se adequam a cada tema/assunto a ser estudado, considerando-se a maior apropriação do conhecimento em face do tipo de ambiente de aprendizagem”.

Ainda sobre os desafios para que as instituições de ensino brasileira, adote o modelo de ensino híbrido, Silva (2017, p.160) argumenta:

Diante de tal contexto, o poder público de forma geral tem papel decisivo para o sucesso frente a essas demandas exigidas pela modernização do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas, isto porque em primeiro lugar, precisamos de professores motivados e conscientes de seus papéis frente a essa realidade. Em segundo precisamos de escolas melhor equipadas e estruturadas, a fim de que o espaço de aprendizagem não se resume à sala de aula e ao trabalho do professor. Para finalizar, sabemos que o comportamento de nossos alunos reflete as condições sociais às quais estiveram expostos desde o seu nascimento. Assim sendo, é preciso que nossos governantes voltem seus olhares para a necessidade de uma sociedade mais justa, para isso promovam mais ações voltadas para a promoção da igualdade social.

Podemos notar que a implementação do ensino híbrido nas escolas brasileiras esbarra em diversas dificuldades e não podemos deixar de citar o papel do governo, para que pontes sejam construídas de modo a tornar o ensino híbrido uma realidade na educação brasileira.

RESULTADOS

No decorrer desta pesquisa compreendemos que, o ensino híbrido é uma das tendências da Educação do século XXI, que requer uma integração maior entre o ensino presencial e o ensino *online*, visando a personalização do ensino e garantindo ao aluno maior autonomia, disciplina, flexibilidade de horários em grande parte das atividades. Esse modelo, permite abranger vários recursos relacionados à aprendizagem, proporcionando a cada aluno a chance de aproveitar mais os momentos *online* e presenciais. Segundo Moran (2015) o termo 'híbrido' significa misturado, mesclado, *blended*. A educação sempre foi misturada, híbrida, sempre combinou vários espaços, tempos, atividades, metodologias, públicos. Entendemos que, esse processo com a mobilidade e conectividade, é muito mais perceptível, amplo e profundo, ou seja, é um ecossistema mais aberto e criativo.

O Ensino Híbrido e sua Significância

O ensino híbrido no Brasil, conforme elucidado neste trabalho, é uma estratégia de ensino relativamente nova que, embora tenhamos aparatos regulatórios datados de 2001, somente em 2014 iniciou de forma experimental a aplicação do modelo híbrido nas escolas brasileiras. As suas características apresentam vantagens consideráveis para o processo de ensino e aprendizagem, por mesclar a didática das aulas presenciais, em que o professor possui um papel ativo no processo de ensino e aprendizado, pautado no uso TDICs.

Em muitas escolas, o ensino híbrido está emergindo como uma inovação sustentada em relação à sala de aula tradicional. Esta forma híbrida é uma tentativa de oferecer “o melhor de dois mundos” — isto é, as vantagens da educação online combinadas com todos os benefícios da sala de aula tradicional. [...]. Os modelos de ensino híbrido que seguem o padrão dos híbridos estão numa trajetória sustentada em relação à sala de aula tradicional (Christensen; Horn & Staker, 2013, p.3).

Dentre essas vantagens, compreendemos que esse modelo de ensino deve ser cada vez mais misturado isto é, híbrida (*blended*), para adaptar-se tanto ao espaço físico da sala de aula quanto para os espaços digitais. Ou seja, estas adaptações possibilitam a concentração de conhecimentos básicos nos ambientes virtuais de aprendizagem, deixando para ser realizada na sala de aula física apenas as atividades mais criativas e supervisionadas. Desse modo, permitem ao professor um planejamento personalizado para atender às necessidades individuais de cada aluno, por meio de articulação de processos formais e informais de ensino-aprendizagem, como a educação aberta e/ou em rede.

Silva (2017) salienta que, é importante destacar alguns esclarecimentos sobre o ensino híbrido. Um grande equívoco, que normalmente acontece, é pensar que existe uma dicotomia entre o modelo de ensino híbrido e o modelo ensino tradicional. O modelo de ensino híbrido não é paradoxal nem dicotômico ao ensino tradicional. O que acontece é que o ensino híbrido se propõe a ser uma ampliação do ensino tradicional, ao incorporar o ensino *online* com o propósito de atender as demandas educacionais contemporâneas, ou seja, há uma variação contínua do ensino tradicional até o ensino híbrido.

O processo de implementação do sistema híbrido

A implementação deste modelo de ensino, de forma efetiva nas escolas brasileiras, não é tão simples, haja visto os inúmeros desafios como já expusemos. Podemos observar que é fundamental que o poder público atue de modo mais ativo e abrangente para democratizar o acesso às tecnologias digitais, investindo na estruturação e modernização das escolas públicas e implementando políticas públicas que busquem reduzir a desigualdade econômica e social no país, proporcionando a todos os alunos igualdade de condições de acesso às tecnologias e, consequentemente, a um ensino de qualidade.

Outro ponto desafiador é a capacitação dos professores quanto ao uso das tecnologias disponíveis. Professores qualificados é fundamental para a obtenção de resultados satisfatórios no ensino, deste modo faz-se necessário que o poder público estabeleça programas de capacitação para os professores, de modo a integrá-los neste cenário de tecnologia e modernização da educação.

Para Moran (2015), todos os processos de organizar o currículo, as metodologias, os tempos e os espaços precisam ser revistos e isso é complexo, necessário e um pouco assustador, porque não temos muitos modelos prévios bem-sucedidos para se basear e aprender. Estamos sendo pressionados a mudar – sem muito tempo para testar –, por isso, é importante que cada instituição escolar defina um plano estratégico de como fará estas mudanças.

Essa transformação pode ser de forma mais pontual, ou seja, inicialmente, apoiando professores, gestores e alunos – mas também pais, mães e/ou outros que detêm a tutela – que estão mais motivados e têm experiências em integrar o presencial e o virtual. Entretanto, é de suma importância a capacitação (formação inicial/continuada) para desenvolver uma cultura e cidadania digital, que trabalhe mais com as metodologias ativas, com currículos mais flexíveis, com inversão de processos.

É importante iniciar ações que tenham por objetivo a construção de uma cultura digital responsável, que envolvam os agentes principais neste processo, ou seja, o poder público na implementação de políticas públicas que incentivem à digitalização e modernização do ensino e no aprimoramento dos aspectos regulatórios, as instituições de ensino e professores precisam estar sensíveis às mudanças provocadas pela inserção tecnológica no ambiente educacional e, alunos devem assumir o protagonismo que lhes é conferido no modelo híbrido de ensino.

Para o êxito na implementação deste modelo de ensino, é preciso que todas as engrenagens envolvidas no processo estejam focadas e determinadas a elevar o patamar do ensino, aproveitando assim da melhor forma possível o legado positivo deixado pela pandemia da Covid-19 para a educação brasileira.

Acreditamos que esse modelo de ensino seja eficaz e possa contribuir no atendimento das demandas educacionais contemporâneas e, é preciso que ele seja bem planejado, pois a implementação das tecnologias digitais nas instituições escolares poderá potencializar a aplicação de tendências educacionais. Contudo, fazer uso dessas tecnologias não é suficiente, para mudar os paradigmas educacionais cristalizados, sendo, portanto, necessário apropriar-se de metodologias ativas.

Nesse contexto, buscamos apresentar resultados que enfatizem a importância dos modelos de Educação a Distância (EaD) voltados para as metodologias ativas como aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida e aprendizagem aos pares etc., que têm se evidenciado no modelo de ensino híbrido. Assim sendo, os modelos de educação, os professores, enquanto mediadores da relação aluno e sua aprendizagem, precisam ser habilitados para os novos modos de como mediar a aprendizagem dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta que motivou esta pesquisa teve como objetivo principal demonstrar a importância do ensino híbrido no Brasil, especificando as vantagens deste modelo e as dificuldades de sua implementação após a pandemia da Covid-19, em que a utilização de recursos tecnológicos e metodologias diferenciadas no ensino, tornaram-se ainda mais evidentes e necessárias.

O ensino híbrido apresenta características inovadoras para a aprendizagem e vantagens consideráveis, fazendo deste modelo uma ferramenta importante por unir metodologias empregadas no ensino presencial e no ensino virtual, a partir do uso das tecnologias digitais, estabelecendo assim um novo marco pedagógico que tem como objetivo incentivar a autonomia dos alunos na busca pelo conhecimento, não se abstendo da figura do professor.

Ao longo desta pesquisa respondemos à pergunta norteadora apresentando que os principais desafios quanto a não implementação do ensino híbrido na educação básica está mais relacionada à ausência de recursos adequados, a limitação de capacidade de tecnologia nas instituições educacionais e a falta de capacitação dos professores para implementar efetivamente as ferramentas tecnológicas em suas práticas pedagógicas são questões que precisam ser abordadas de forma integrada no planejamento educacional. Além disso, a democratização do acesso às tecnologias de modo que todos os alunos tenham o mesmo acesso.

A apresentação do histórico e características do ensino híbrido e das tecnologias digitais nele aplicadas foi um dos objetivos específicos analisados, pelo qual podemos perceber que a proposta de hibridização do ensino, é fundamental para o processo de modernização da educação nas escolas públicas brasileiras, por se tratar de uma realidade que não mais se pode mudar, sobretudo pelo fato de a tecnologia estar cada vez mais presente no ambiente escolar.

Todavia, a implementação do modelo híbrido no Brasil exige a superação de desafios importantes e este foi outro objeto de nossa pesquisa, uma vez que estas dificuldades são de ordem estrutural, cultural e regulatório, de modo a tornar o processo de ensino-aprendizagem acessível e igualitário a todas as classes sociais e regiões do país, o que demanda um amplo investimento em políticas públicas que visem a melhoria das instituições de ensino, assegurando acesso a equipamentos, tecnologias e *internet* de qualidade, capacitação do corpo docente e administrativo das escolas, além de políticas públicas de caráter social e econômico, para que todos os alunos tenham acesso às tecnologias que permitem a aplicação do ensino híbrido como supramencionados.

Portanto, acreditamos que este trabalho possa contribuir futuramente com pesquisas teóricas e empíricas que pretendem implementar o modelo de ensino híbrido em todas as modalidades de ensino de nosso país. Dessa forma, será possível produzir pesquisas mais abrangentes, que

compreendam o cenário nacional da produção científica sobre ensino híbrido no Brasil.

REFERÊNCIAS

Andrade, D. P. C. M & Monteiro, M. I. (2020). Educação Híbrida: Abordagens Práticas no Brasil. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, 5(14). Disponível em: <https://edutec.ead.ufscar.br/tccs/4b9da0b341de4d01edfc9e0a9e2093a9.pdf>. Acessado em 10 de dezembro de 2023.

Bacich, L. Neto, T. A. Trevisani, F. M. (2015). Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. Porto Alegre. Penso

Barreto, A. C. F., & Rocha, D. S. (2020). Covid 19 e educação: resistências, desafios e (im) possibilidades. Revista Encantar, 2, 01-11. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8480> Acessado em 31 de janeiro de 2023.

Brasil. Diário Oficial da União – DOU (2020): Decreto Legislativo. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-legislativo-249090982>. Acessado em 10/12/2023.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2023). Apresentação Coletiva. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf. Acessado em 04 de dezembro de 2023.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2023). MEC e Inep divulgam resultados da 1a etapa do Censo Escolar 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2022> Acessado em 09 de novembro de 2023.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura – MEC (2021). Diretrizes Gerais Sobre Aprendizagem Híbrida. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2021-pdf/227271-texto-referencia-educacao-hibrida/file>. Acessado em 27 de novembro de 2023.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura – MEC (2022) Parecer CNE/CP 14/2022. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=238781-pcp014-22&category_slug=julho-2022-pdf&Itemid=30192. Acessado em 27 de novembro de 2023.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura – MEC (2023). Parecer CNE/CP 34/2023. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=252671-pcp034-23&category_slug=agosto-2023-pdf&Itemid=30192. Acessado em 27 de novembro de 2023.

Brasil. Portal da Câmara dos Deputados. (2021). Proposta redefine responsabilidades de estados e municípios na educação pública Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/774612-proposta-redefine-responsabilidades-de-estados-e-municipios-na-educacao-publica/>. Acessado em 04 de dezembro de 2023.

Brito, J. M. S. (2020). A Singularidade Pedagógica do Ensino Híbrido. *EaD em Foco*, 10(1). <https://doi.org/10.18264/eadf.v10i1.948>. Acessado em 04 de dezembro de 2023.

Christensen, C. M.; Horn, M. B. & Staker, H. (2013). Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma Introdução à Teoria dos Híbridos. Disponível em: <https://www.christenseninstitute.org/publications/ensino-hibrido/>. Acessado em 18 de janeiro de 2024.

Cifuentes-Faura, J. (2020). Consecuencias en los niños del cierre de escuelas por Covid– 19: el papel del gobierno, profesores y padres. *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social*, 9(3e), 1-12. Disponível <https://revistas.uam.es/riejs/article/view/12216/12089>. Acessado em 31 de janeiro de 2023.

Diniz, I. J. D., Rocha, S. L., Santos, Y. B. D. F. & Gomes, A. V. (2018.). Ensino Híbrido Na Educação Brasileira: Uma Revisão Bibliográfica. Disponível em: https://ceur-ws.org/Vol-2185/CtrlE_2018_paper_55.pdf. Acessado em 02 de novembro de 2023.

Gabriel, F. A., & Souza, A. C. (2023). O Ensino Híbrido no Processo de Ensino e Aprendizagem no Contexto da Pós-pandemia da COVID-19. *Revista Interacções*, 19(66), 1–17. <https://doi.org/10.25755/int.30476>. Acessado em 18 de dezembro de 2023.

Gil, A. C. (2002). Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo. Atlas.

Lakatos, E. M & Marconi, M. A. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. Atlas.

Lima, J. R. R. (2021). Implementação do Ensino Híbrido no Período Pós-Pandemia. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(2), 10. <https://doi.org/10.51891/rease.v7i2.667>. Acessado em 20 de dezembro de 2023.

Lima, L. H. F. de, & Moura, F. R. de. (2015). O Professor no Ensino Híbrido. In Bacich, L. & Neto, A. T., & Trevisani, F. M, Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. (pp. 74-83).

Moran, J. (2015). Educação Híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje. In Bacich, L. & Neto, A. T., & Trevisani, F. M, Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. (pp. 27-39).

Neto, B. E. (2017). O Ensino Híbrido: Processo de Ensino Mediado por Ferramentas Tecnológicas. Ponto-E-Vírgula, (22), 59–72. <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2017i22p59-72>.

Oliveira, M. B., Silva, L. C. T., Canazaro, J. V., Carvalhido, M. L. L., Souza, R. R. C. D., Neto, J. B., Rangel, D. P., & Pelegrini, J. F. M. (2021). O Ensino Híbrido no Brasil após Pandemia do COVID-19. Brazilian Journal of Development, 7(1), 918–932. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-061>. Acessado em 20 de dezembro de 2023.

Rodrigues, E. F. (2016). Tecnologia, Inovação e Ensino de História: O Ensino Híbrido e suas Possibilidades. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/4604> Acessado em 21 de novembro de 2023.

Santana, C. L., & Borges Sales, K. M. (2020). Aula em casa: Educação, tecnologias digitais e pandemia Covid-19. Interfaces Científicas - Educação, 10(1), 75-92. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p75-92>. Acessado em 05 de janeiro de 2024.

Silva, E. R. (2017). O Ensino Híbrido no Contexto das Escolas Públicas Brasileiras: Contribuições e Desafios. Porto Das Letras, 3(1), 151–164. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/4877>. Acessado em 09 de dezembro de 2023.

Silva, R. A. da., & Camargo, A. L. (2015). A Cultura Escolar na Era Digital. In Bacich, L. & Neto, A. T., & Trevisani, F. M, Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. (pp. 135-150).

Sunaga, A. & Carvalho, C. S. (2015). As Tecnologias Digitais no Ensino Híbrido. In Bacich, L. & Neto, A. T., & Trevisani, F. M, Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. (pp. 113-124).

Victória Oliveira, M. (2020, 28 de agosto). Pesquisa mostra sentimento de professores em meio à pandemia do coronavírus PorVir. Disponível em: <https://porvir.org/pesquisa-mostra-o-sentimento-de-professores-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/> Acessado em 31 de janeiro de 2023.